

## LEI Nº 1451/93.

**ESTABELECE A "MEIA ENTRADA" PARA ESTUDANTES E DÁ  
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O Prefeito Municipal de Unaí, no uso de suas atribuições legais, especialmente a que lhe confere o art. 96, VII, da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal decreta e ele, em seu nome, sanciona e promulga a seguinte Lei:

**Art. 1º** É estabelecido o pagamento de metade do valor efetivamente cobrado para o ingresso em casas de diversões, espetáculos, jogos esportivos ou similares, para o estudante regularmente matriculado em estabelecimento de ensino público ou particular do Município, nos termos desta lei.

§ 1º Para os efeitos desta lei, considera-se como casas de diversões os estabelecimentos que realizem espetáculos musicais, artísticos, circenses, teatrais, cinematográficos, atividades sociais, recreativos e quaisquer outros que proporcionem lazer e entretenimentos.

§ 2º São beneficiários os estudantes regularmente matriculados em estabelecimentos de ensino público ou particular de qualquer nível cujo funcionamento esteja devidamente autorizado pelo órgão público competente.

~~§ 3º Consideram-se ainda beneficiários os estudantes matriculados em estabelecimentos de ensino de qualquer outro Município ou Estado que se encontrem nas condições previstas no parágrafo anterior, desde que mantenham vínculos familiares, afins ou consanguíneos, até o 1º grau, no Município de Unaí, devidamente comprovados: (Suprimido pela Lei nº 1855/2000)~~

~~**Art. 2º** Para usufruir do benefício, compete ao estudante comprovar a condição prevista no artigo anterior, através de Carteira autenticada pelo órgão competente da Secretaria Municipal de Educação, expedida pelos Grêmios Estudantis (GE) das escolas ou pela União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), para os estudantes dos primeiro e segundo graus:~~

~~- § 1º A autenticação e expedição das Carteiras tomarão como base listagem de alunos regularmente matriculados, fornecida pela direção de cada estabelecimento de ensino, até um mês após o encerramento das matrículas:~~

~~- § 2º As Carteiras, válidas em todo o Município, só perderão a validade após a expedição de novas Carteiras, independente do ano letivo:~~

~~**Art. 2º** Para usufruir do benefício, o estudante deverá provar a condição referida no artigo anterior, através de carteira autenticada pelo respectivo estabelecimento de ensino e expedida por:~~

- ~~- I - Estudantes de nível superior;~~
- ~~- a) pela União Nacional dos Estudantes (UNE); ou~~
- ~~- b) pelos Diretórios Centrais dos Estudantes (DCE);~~
- ~~- II - Estudantes de nível primeiro e segundo graus:~~

- a) pela União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES); ou
- b) pela União Metropolitana dos Estudantes Secundaristas de Brasília (UMESB). (Redação dada pela Lei nº 1712/1998)

**Art. 2º** Para usufruir do benefício de que trata esta lei, compete ao estudante provar a condição prevista no artigo anterior através de carteira autenticada pelo respectivo estabelecimento de ensino e pela Secretaria Municipal de Educação - SEMED - e expedida por qualquer um dos seguintes órgãos:

I - União Municipal dos Estudantes de Unaí - UNIMEU;

II - União Nacional dos Estudantes - UNE;

III - União Brasileira dos Estudantes Secundaristas - UBES;

IV - União Colegial de Minas Gerais - UCME.

§ 1º As carteirinhas expedidas pelos órgãos de que trata este artigo serão distribuídas pelas respectivas entidades filiadas, dentre as quais a União Estadual do Estudante, diretórios centrais de estudantes, diretórios acadêmicos, centros acadêmicos e grêmios estudantis.

§ 2º A autenticação e expedição das carteiras estudantis tomarão como base a listagem dos alunos regularmente matriculados nos estabelecimentos de ensino e fornecida pela respectiva direção após o encerramento do período regular de matrículas.

§ 3º As carteiras mencionadas neste artigo terão validade de 01 (um) ano, contado da sua expedição. (Redação dada pela Lei nº 1855/2000)

**Art. 2º-A** Os estabelecimentos descritos no § 1º do art. 1º desta lei deverão divulgar os benefícios nela estabelecidos, afixando, em local visível e de acesso ao público, cópia de seu inteiro teor ou referência aos seus principais dispositivos. (Redação acrescida pela Lei nº 1855/2000)

~~**Art. 3º** Cabe ao Poder Executivo Municipal, através dos órgãos responsáveis pela cultura, esporte, lazer e defesa do consumidor a fiscalização do cumprimento desta lei, atuando os estabelecimentos que a descumprirem, cominando-lhes as sanções administrativas cabíveis, inclusive com a suspensão do alvará de licença e funcionamento.~~

**Art. 3º** Cabe ao Poder Executivo Municipal, através dos órgãos responsáveis pela cultura, esporte e lazer e de defesa do consumidor, bem como por meio da Procuradoria Geral do Município, a fiscalização desta lei, atuando os estabelecimentos que a descumprirem, culminando-lhes as sanções legais e administrativas cabíveis, inclusive com a suspensão do alvará de licença e funcionamento, além de multa pecuniária de 150 UFIR - Unidade Fiscal de Referência - cujo valor será aplicado em dobro no caso de reincidência. (Redação dada pela Lei nº 1855/2000)

**Art. 4º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 5º** Revogam-se as disposições em contrário.

Unaí-MG, 03 de março de 1993.

ADÉLIO MARTINS CAMPOS  
Prefeito Municipal

*Nota: Este texto não substitui o original publicado no Diário Oficial.*

